

Governo Bolsonaro mente sobre salários no serviço público e estudo revela que metade do funcionalismo ganha menos R\$ 3.000

Ao contrário do que diz o governo Bolsonaro, os salários dos servidores públicos no Brasil em média não chega a R\$ 3.000,00 (três mil reais). As únicas categorias que ganham em média acima desse patamar segundo estudo do IPEA que analisou dados da (Rais), Relação Anual de Informações Sociais de 2019 são juízes, promotores, desembargadores, ministros e o presidente da República, ou seja, aqueles que reclamam do inchaço do Estado são exatamente os que têm mais fermento em seus salários.

Portanto, essa reforma administrativa não irá diminuir gastos do governo, acentuará a desigualdade social, além de prejudicar a população que precisa de atendimento público nos hospitais, escolas e serviços sociais.

“Não podemos aceitar que o governo Bolsonaro continue a

mentir para a população. Essa reforma serve apenas para tirar direitos dos trabalhadores e sucatear os serviços públicos. Precisamos ocupar as ruas dia 19 e gritar bem alto FORA BOLSONARO e sua política genocida contra o povo e contra os servidores públicos” disse Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.

Ainda segundo o estudo do IPEA, em 2018, metade dos servidores no país ganhava em média R\$ 2.727 e um quarto (25%) recebia até R\$ 1.566, ou seja, menos do que o salário mínimo necessário para manter uma família de quatro pessoas segundo o Dieese, derubando por completo a tese bolsonarista de que os servidores públicos são privilegiados e que são os responsáveis pelas dificuldades financeiras do Governo.

“Vamos continuar lutando contra a PEC 32 (Reforma admi-

nistrativa) que só ataca os direitos dos servidores que já ganham menos e não retira os privilégios, pois deixou de fora a cúpula dos servidores e das autoridades que recebem super salários”, afirmou Raimundo Pereira.

No dia 18, movimento sindical fará mobilizações em locais de trabalho para dialogar com trabalhadores sobre a realidade do país e, no dia 19, com os movimentos sociais, vai às ruas pelo ‘fora, Bolsonaro’.

Vamos ocupar as ruas com responsabilidade, mantendo o distanciamento, usando máscaras e álcool em gel para mostrar a todos a nossa indignação contra esse governo que não respeita os trabalhadores e desdenha dos quase 500.000 mortos pela COVID 19.

Vacina no braço para todos Já e comida no prato com auxílio emergencial de R\$ 600,00.

**18 DE JUNHO
É LUTA!**
DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO
NOS LOCAIS DE TRABALHO

**EM APOIO AO ATO
#19J FORA BOLSONARO**

- CONTRA O DESEMPREGO
- PELO AUXÍLIO DE 600 REAIS
- CONTRA A FOME E A CARESTIA
- VACINA JÁ PARA TODOS
- CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

Ato contra PEC 32 marca instalação de Comissão Especial que discutirá a matéria

Foi instalada nessa quarta-feira, 9, a Comissão Especial que vai analisar o mérito da PEC 32/20, da reforma Administrativa. O deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA) foi indicado relator da matéria. Durante o ato de instalação, diversos parlamentares foram categóricos ao afirmar que não há intenção de atingir atuais servidores enquanto defenderam que categorias hoje de fora do texto como magistrados, militares e parlamentares fossem incluídos na reforma.

Pela manhã, um ato unificado com entidades representativas de servidores públicos federais, estaduais, municipais, sociedade civil organizada e parlamentares marcou a luta contra o desmonte do modelo de Estado brasileiro hoje assegurado pela Constituição Federal. A pressão ocorreu também nas redes sociais. A #PEC32GolpeNoPovo ficou entre os assuntos mais comentados do Twitter.

Um abaixo-assinado contendo quase 130 mil assinaturas pedindo a suspensão da tramitação da PEC 32 foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. Reunido com representantes dos servidores e da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público e Frente Servir Brasil, Lira assumiu o compromisso de que nenhum direito adquirido será atingido com a reforma Administrativa.



Sigilo questionado

Representando a Condsef/Fenadsef e também o Fonasefe que reúne o conjunto dos servidores federais, Sérgio Ronaldo da Silva lembrou que a reforma Administrativa representará o fim da prestação do serviço público à sociedade. “Se essa PEC fosse tão boa, por que é que o Paulo Guedes colocou em sigilo os números e dados dela, quando diz que vai economizar em 10 anos R\$ 300 milhões?”, questionou.

Apesar do posicionamento do presidente da Câmara, o secretário-geral da Condsef/Fenadsef lembrou que o mesmo aconteceu na tramitação da Reforma da Previdência e da EC 95, do teto de gastos, quando o governo garantiu que atuais servidores não seriam atingidos, mas não honrou o compromisso.

Para ele, apesar de o governo dizer que os atuais servidores públicos não serão prejudicados, a equipe de Jair Bolsonaro mente, pois está colocando em risco o futuro do serviço público. “Essa PEC significa a privatização do futuro

do serviço público. A preocupação não é só com atuais servidores, é com o futuro do serviço público”, lembrou.

A reforma Administrativa representa, na prática, um grave desmonte dos serviços públicos. Mais do que nunca é preciso intensificar a pressão em defesa dos serviços públicos nas redes e também nas ruas com protestos que cumpram protocolos de segurança durante a pandemia. Os serviços públicos salvam vidas e juntos vamos salvar os serviços públicos.

Se votar, não volta

A pressão a parlamentares continua fundamental. Confira o nome dos deputados e deputadas membros dessa comissão especial e cobre de todos um voto em defesa dos direitos do povo brasileiro e, portanto, contra a reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes. A comissão se reúne novamente na próxima quarta, 16.

Condsef/Fenadsef